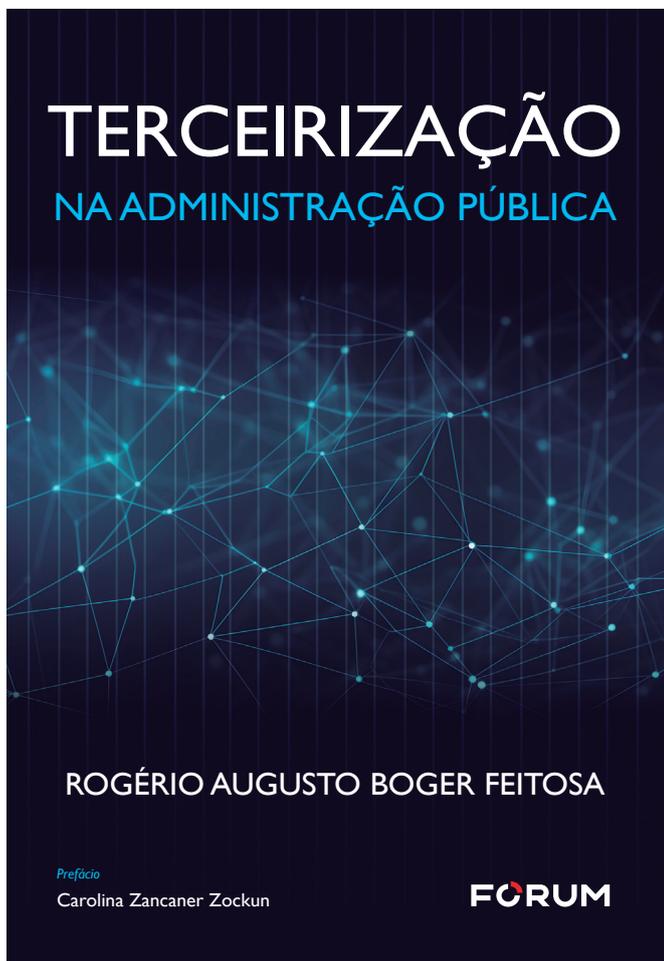


ROGÉRIO AUGUSTO BOGER FEITOSA

Carolina Zancaner Zockun
Prefácio

TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



Na obra *Terceirização na Administração Pública*, o autor aborda o tema das terceirizações sob o crivo da Teoria dos Fatos Jurídicos, buscando desvendar as fronteiras de licitude dos fatos terceirizantes praticados no âmbito da Administração Pública à luz da exigência constitucional do concurso público, além de examinar a eficácia das terceirizações implementadas nesse campo sob perspectivas jurídicas diversas. A obra tem como pano de fundo o contexto jurídico consolidado posteriormente à Reforma Trabalhista e às decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal sobre a matéria em sede de repercussão geral, dando-se destaque às disposições normativas sobre o tema constantes da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 9.507/2018.

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO

Áreas afins

DIREITO PÚBLICO

DIREITO DO TRABALHO

Palavras-chave

Terceirização; Administração Pública;
Concurso público; Eficácia jurídica.

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm
CÓDIGO SANKHYA: 3436

F311t

Feitosa, Rogério Augusto Boger

Terceirização na Administração Pública / Rogério Augusto Boger Feitosa. Belo Horizonte: Fórum, 2024.

324p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-65-5518-789-2

ISBN digital 978-65-5518-788-5

1. Terceirização. 2. Administração Pública. 3. Concurso público. 4. Eficácia jurídica. I. Título.

CDD 350

CDU 35

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FEITOSA, Rogério Augusto Boger. *Terceirização na Administração Pública*. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 324p. ISBN 978-65-5518-789-2.

ROGÉRIO AUGUSTO BOGER FEITOSA

Graduado em Direito pela PUC-Rio (2009). Mestre em Direito Administrativo pela PUC-SP (2022). Procurador do Estado na PGE/SP entre 2013 e 2015. Desde então, Procurador do Município na PGM/SP.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	11
SUMÁRIO	13
PREFÁCIO	
Carolina Zancaner Zockun	15
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	
CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	21
1.1 Terceirização no mundo empresarial	22
1.1.1 Taylorismo	24
1.1.2 Fordismo	25
1.1.3 Toyotismo	27
1.1.4 Terceirização como prática consolidada de gestão empresarial	30
1.2 Terceirização no Estado	32
1.2.1 Estado Liberal	35
1.2.2 Estado Social	37
1.2.3 Estado Pós-Social	41
1.2.4 Terceirização no Estado brasileiro	45
CAPÍTULO 2	
ASPECTOS PRELIMINARES	51
2.1 Conceito de terceirização	52
2.2 Classificações	63
2.3 Natureza jurídica	68
2.4 Abrangência no campo público	77
2.5 Evolução normativo-jurisprudencial	87
CAPÍTULO 3	
TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, REFORMA TRABALHISTA E AS ATIVIDADES-FIM	97
3.1 Limites de licitude e a Súmula nº 331 do TST	99
3.2 Reforma Trabalhista e a virada jurisprudencial	104
3.3 Terceirização de atividades-fim na Administração Pública	111
3.4 Terceirização de atividades materiais e a Lei Federal nº 14.133/2021	123
CAPÍTULO 4	
TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O CONCURSO PÚBLICO	133
4.1 Cargo, emprego e função	134
4.1.1 Espécies de cargos e empregos	141
4.1.2 Criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções	150
4.1.3 Formas de extinção de cargos, empregos e funções	156
4.2 Exigência constitucional do concurso público	164
4.2.1 Alcance da incidência normativa	171
4.2.2 Contratação de servidores temporários	181
4.3 Violações à exigência do concurso público	188
4.3.1 Violação reflexa e o debate jurídico	195
4.3.2 Elementos da licitude das terceirizações no âmbito estatal	218
4.3.3 Decreto Federal nº 9.507/2018 e a Constituição Federal	228

CAPÍTULO 5

TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A SUA EFICÁCIA JURÍDICA

237

5.1	Eficácia jurídica sob a perspectiva laboral.....	238
5.1.1	Efeitos justrabalhistas e as terceirizações em geral	240
5.1.2	Particularidades da Administração Pública	249
5.1.3	Responsabilidade estatal e o crivo da licitude.....	264
5.2	Eficácia jurídica sob perspectivas diversas.....	274
5.2.1	Efeitos comerciais, fiscais e previdenciários	274
5.2.2	Responsabilidade civil extracontratual.....	277
5.2.3	Efeitos sobre os limites das despesas com pessoal.....	281
5.2.4	Direitos de candidatos aprovados em concurso público	288

CONCLUSÃO293

REFERÊNCIAS.....303